

A CONSTRUÇÃO DE UMA OUTRA ONTOLOGIA GEOGRÁFICA: A CONTRIBUIÇÃO DE HEIDEGGER

Werther HOLZER¹

Resumo

O objetivo deste texto é de colocar em discussão a utilização do método fenomenológico no estudo dos conceitos de paisagem e, principalmente, de lugar, com ênfase na contribuição de Heidegger. A ontologia contemporânea, da qual Heidegger é sem dúvida o maior expoente, pretende alertar que o mundo que construímos se trata de uma representação do ser. Heidegger, como os neokantianos, opunha-se à ontologia tradicional. No entanto, o primeiro criticava seu caráter meramente teológico, assim como criticava a metafísica por seu caráter de mera história da teologia, ou, em suas palavras, uma ontoteologia; enquanto que os outros procuram reduzi-la a uma mera teoria do conhecimento científico. Na discussão desta questão, tomei as idéias de Heidegger como referência. O filósofo procura recolocar a questão do ser humano, questionando o próprio objeto do pensamento e a linguagem que procura expressá-lo; enfocando o ser no horizonte da diferença ontológica — a de que o ser só é ser porque é, em si mesmo, identidade e diferença.

Palavras-Chave: Heidegger. Geografia Humanista. Fenomenologia.

Abstract

The construction of another Geographic Ontology: the contribution of Heidegger

The aim of this paper is to place discussion on the use of the phenomenological method in the study of the concepts of landscape and, especially, of place, with emphasis on the contribution of Heidegger. The contemporary ontology, of which Heidegger is undoubtedly the greatest exponent, which aims to warn the world that we are talking about a representation of being. Heidegger, as the neokantians, opposed the traditional ontology. However, the first criticized his character purely theological, and criticized the metaphysics of his character by mere history of theology, or, in his words, a ontoteology, while the others seek to reduce it a mere theory of scientific knowledge. In this issue, I took the ideas of Heidegger as a reference. The philosopher seeks replacing the issue of human being, questioning the very object of thought and language that seeks to express it; Focused be on the horizon of ontological difference – that the be only be because it is, in itself, identity and difference.

Keywords: Heidegger. Geography Humanist. Phenomenology.

¹ Arquiteto e Urbanista, Doutor em Geografia, Professor da Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense. E-mail: werther.holzer@uol.com.br. *Endereço para correspondência:* Escola de Arquitetura e Urbanismo - Rua Passo da Pátria, 156 - Universidade Federal Fluminense - Campus da Praia Vermelha - São Domingos - Casarão- 2º Andar - CEP 24210-240 - Niterói - RJ

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O objetivo deste texto é de colocar em discussão a utilização do método fenomenológico no estudo dos conceitos de paisagem e, principalmente, de lugar, com ênfase na contribuição de Heidegger. Noções como as de espaço e de lugar são tão essenciais para a vida humana, que não podemos pensar no mundo sem pensar no ser.

O fato do ser estar no mundo é essencial para que nos relacionemos com as coisas e com os outros seres, ou seja, nossa experiência do mundo enquanto seres humanos está calcada, em grande parte nas relações que travamos no espaço, no suporte físico, com tudo o que nos rodeia. Sob este aspecto a geografia é essencial para a compreensão do ser.

Idéias como esta inspiraram a geografia humanista utilizando-se da fenomenologia, como aporte teórico-conceitual. Este campo tem se mostrando extremamente amplo, e ao mesmo tempo inexplorado, seja pelos geógrafos ou por outros cientistas. Na época atual marcada pelas incertezas e pelos desacertos no que se refere às bases teórico-conceituais das ciências, a fenomenologia pode ser uma perspectiva de abordagem que amenize muito das angústias intelectuais por que passamos, particularmente as que se referem à nossa vida em um mundo cada vez mais globalizado e uniformizado, e onde, contraditoriamente, as pessoas se sentem deslocadas e solitárias.

A intuição de que estamos em um mundo de comportamentos desejavelmente padronizados e previsíveis, que levam a tentativas cada vez mais bem sucedidas de homogeneização espacial e de globalização do consumo, da produção, do capital e até dos gostos e desejos, foi o móvel inicial das preocupações e investigações de um coletivo que se uniria em torno da geografia humanista. O momento de sua consolidação enquanto campo alternativo da geografia ocorreu em um período histórico preocupante, no âmbito da epistemologia científica, quando todo o pragmatismo das ciências matemáticas invadiu as outras disciplinas procurando reduzi-las a meras produtoras de dados. No caso da geografia estas pretensões apontavam para a padronização geométrica e estatística do espaço geográfico.

Foi neste contexto que surgiu a idéia de se estudar uma ontologia da espacialidade humana segundo parâmetros geográficos (PICKLES, 1985a; SOJA, 1993). Neste ínterim, o eixo das questões teóricas da geografia passara das discussões metodológicas (década de 60), para as epistemológicas (década de 70), até alcançarem um momento de busca dos fundamentos da geografia. Uma das alternativas foi a de procurar a identidade do ser com os lugares; isto em um mundo onde se aceleram os padrões de produção, de consumo, e em que se incrementam os meios disponíveis para um relacionamento interpessoal que já pode ser global.

Aceleraram-se os padrões temporais, procurou-se uma âncora nas relações espaciais. Mas esta mudança no próprio fundamento filosófico das ciências não pode ser superficial, ela passa pela discussão da ontologia da espacialidade (SOJA, 1993). Parâmetros metodológicos e conceituais já foram discutidos, mas a sua avaliação a partir de estudos concretos ainda é modesta, parece existirem muitas dificuldades para aplicá-los à vida cotidiana.

GEOGRAFIA E FENOMENOLOGIA

A fenomenologia vem sendo utilizada como aporte teórico-conceitual da geografia desde, pelo menos, a década de 20. Segundo diversos autores (RELPH, 1970 e 1981; PICKLES, 1985b; p. ex.), ela se constitui como base teórica e metodológica para alguns geógrafos importantes de diversas gerações, entre eles, Sauer, Dardel, Lowenthal e Kirk (HOLZER, 1992).

A partir do trabalho pioneiro de Dardel (1990), que em 1952 empreendeu um ensaio fundamental de geografia existencialista, Relph (1970) foi o primeiro autor a relacionar uma série de possibilidades de utilização da fenomenologia pela geografia. Neste artigo sucinto o autor caracterizava a fenomenologia como um procedimento útil na descrição do mundo cotidiano da experiência humana, tendo como base a “volta às coisas mesmas”, aspecto sobre o qual insistiria em outros trabalhos (RELPH, 1976 e 1981).

A fenomenologia era definida como a filosofia dos mundos vividos da experiência humana, sendo que dois aspectos desta concepção filosófica eram valorizados pelo autor: as suas críticas ao cientificismo e ao positivismo e a sua visão holística e unificada do homem e da natureza, que seria proporcionada pela noção de intencionalidade. Estes aspectos se constituíram, posteriormente, na base da pesquisa sobre os lugares e os não-lugares realizada pelo autor (RELPH, 1976).

Este autor, optou por uma utilização implícita do método fenomenológico (sic, Relph 1976, nota, p.7). Tuan outro pioneiro na discussão sobre a utilização do aporte fenomenológico pela geografia (1971), também assumiria mais tarde (1976) uma atitude dúbia, ao afirmar que era necessário não se ater a fenomenologia, mas remeter-se ao humanismo, que permitiria uma visão mais ampla do que é a pessoa humana, deixando-se implícita a fenomenologia.

A explicação para estas atitudes pode ser encontrada num artigo posterior de Relph (1981), onde a fenomenologia é enfocada como uma alternativa ao “modo de fazer” (way of doing) positivista, na medida em que proporcionaria um “modo de ser” (way of being). O método fenomenológico não era visto como um conjunto de postulados a serem sempre utilizados, mas como um aporte que permitia análises variadas sobre o tema da “volta às coisas mesmas”.

Buttimer (1974 e 1976) expressava idéias bastante semelhantes as de Relph. O que a diferenciava era, principalmente, a sua preocupação em apoiar-se mais firmemente, ao mesmo tempo, na fenomenologia e no existencialismo, o que resultou na escolha, pela autora, da fenomenologia existencialista como suporte teórico-conceitual ideal para ser utilizado pela geografia.

Para a autora, o que a fenomenologia tinha de importante era a sua pesquisa sobre os problemas do conhecimento e do pensamento, “suspendendo [...] as pressuposições e as estruturas conceituais da ciência e examinando o fenômeno como ele é” (BUTTIMER, 1974, p.37); enquanto que o existencialismo valorizava as condutas de vida, colocando a questão da ambivalência entre o ser e a existência. Ambas teriam um objetivo comum: a exploração e a compreensão dos significados e dos valores humanos.

Desta fusão, ainda segundo Buttimer (1974 e 1976) que pretendia estudar o espaço social, surgiriam os temas potencialmente exploráveis pela geografia: a intencionalidade do homem na estruturação de seu mundo (intencionalidade do corpo-sujeito); e a intersubjetividade, definida como o diálogo entre o homem e o meio, em termos de herança sócio-cultural e do papel assumido por ele no mundo vivido.

Acredito que visto o modo como os geógrafos se apropriaram do aporte fenomenológico, cabe uma rápida discussão sobre a própria definição de fenomenologia. Heidegger (1984c) a definia como sendo a “ciência básica” da filosofia, tendo como área temática as vivências conscientes do homem que conhece, age e valora. Seu âmbito de pesquisa seria o da estrutura desses atos vivenciados, e dos objetos vivenciados nos atos sob a ótica de sua objetividade.

Pode-se constatar que, ao menos em termos de uma visão genérica de como a fenomenologia é definida e de quais são seus objetivos principais, geógrafos e filósofos tem opiniões bastante semelhantes. Os geógrafos, no entanto, se eximiram de tentar aplicar diretamente o método fenomenológico em seus estudos, preferindo se ater ao “espírito” da filosofia. Apenas um geógrafo explorou decididamente estas interfaces, Eric Dardel.

A CONCEPÇÃO FENOMENOLÓGICA DE CIÊNCIA

Uma das críticas mais veementes feitas pela geografia humanista se refere à concepção científica da geografia analítica, em particular, e do arcabouço positivista que domina a pesquisa científica, de um modo geral. Esta talvez seja a questão que mais aproxima os humanistas da fenomenologia, pois Husserl opunha a razão fenomenológica à razão cartesiana e, num sentido mais amplo, a razão fenomenológica à ciência positivista.

Na razão cartesiana, a dúvida metódica, concede às ciências naturais direitos exclusivos sobre o que é racional, objetivo e científico, determinando que só os conceitos relativos à quantidades são objetivos, e remetendo a sua descrição para a matemática e a física (LUIJPEN, 1973). Para a fenomenologia, ao contrário, "a razão é o lugar onde aparece o significado objetivo." (LUIJPEN, 1973, p.169).

A razão objetiva, portanto, se refere à existência humana mesmo que esta não possa ser expressa em categorias de quantidade. Desse modo as perguntas relativas às ciências estão contidas na existência e se originam no interesse destas sobre algum aspecto existencial. Isto implica na existência de tantos mundos científicos quantas sejam as atitudes que possam gerar questionamentos.

As críticas da fenomenologia às ciências não se referem ao seu rigor científico, mas ao fato de que em sua ânsia por novas descobertas não coloquem em causa as suas aquisições ou o seu método. Sobre este aspecto já nos alertava Husserl: "as ciências da natureza não nos desvelaram em nenhum ponto o mistério da realidade atual, a realidade em que vivemos, agimos e estamos." (apud DARTIGUES, 1973).

A crise entre o mundo cotidiano e a ciência, segundo Husserl, é provocada pela ruptura entre o mundo da ciência — tal como é constituído e visto — e o mundo da vida. Com esta ruptura a objetividade da ciência torna-se puro objetivismo, atitude que segundo os fenomenólogos iniciou-se com o projeto de Galileu de matematização da natureza (DARTIGUES, 1973).

A fenomenologia procurava uma mudança de apreciação do que seja ciência:

Essa mudança de apreciação não concerne ao caráter científico das ciências, mas ao que as ciências, ao que a ciência tomada absolutamente significou e pode significar para a existência humana. A maneira exclusiva pela qual a concepção do mundo do homem moderno na segunda metade do século XIX foi determinada pelas ciências positivas e falseada pela "prosperity" que a elas se devia significava o abandono cheio de indiferença dos problemas que são decisivos para um humanismo autêntico. As ciências dos fatos puros e simples produzem homens que só vêem puros e simples fatos. (HUSSERL apud DARTIGUES, 1973, p.73).

Para combater o objetivismo seria necessário, portanto, reintegrar as ciências ao mundo da vida, aproximando-as do mundo cotidiano, das nossas vidas, ações e projetos (DARTIGUES, 1973). Para Husserl isto pode ser atingido a partir da exploração das experiências antepredicativas, aquelas que são anteriores aos conceitos e aos juízos, referindo-se à percepção do mundo e dos objetos nele contidos, que são os fundamentos dos conceitos; e do mergulho no mundo pré-científico, das experiências cotidianas comuns, que se constituem nas premissas que embasam as ciências.

Para a fenomenologia se uma ciência não retorna a atitude primitiva do questionamento, não se desenvolve enquanto ciência. Por esse motivo nenhuma ciência pode passar sem crises que permitam uma revisão de seus conceitos fundamentais. As ciências devem assumir seus interesses fundamentais para poderem progredir. Este processo contínuo de crise científica indica que:

Pelo interesse primitivo contido na existência, certa paisagem da realidade, certo campo de presença já é levado à frente e se delinea como uma "figura" sobre um horizonte de sentidos distintos. Mas a delinação não é no começo tão forte que essa paisagem sobressaia claramente das outras. A explicação de certa pergunta, de certa maneira da existência humana como lumen naturale não põe desde o início tão distintamente que se distigua de outras questões suscitadas em outras ciências. (LUIJPEN, 1973, p.172-173).

A fenomenologia se refere às ciências como modos de encontro entre questões científicas específicas, com métodos e linguagens que podem ser particulares (LUIJPEN, 1973). Mas, conclui, que toda ciência se inicia estabelecendo uma rede de essências, obtidas por variações imaginárias, que serão depois confirmadas por variações reais, as "experimentações" (LYOTARD, 1954).

GEOGRAFIA E ONTOLOGIA

Uma das questões eleitas para se discutir neste texto é: em que consiste uma ontologia da espacialidade? Esta preocupação com a ontologia da espacialidade pode ser encontrada em trabalhos recentes, onde é discutida no contexto do pós-modernismo, como em Soja (1993) por exemplo; e em trabalhos mais antigos, que a discutem enquanto um aprofundamento crítico necessário para a geografia humanista, como em Pickles (1985a).

Não pretendo aprofundar-me aqui nas origens destes questionamentos, o que já fiz em outra ocasião (HOLZER, 1992), mas apenas ressaltar que as preocupações eminentemente metodológicas que dominaram a geografia até o final da década de 50, deram lugar a questionamentos epistemológicos, a partir dos geógrafos humanistas e dos geógrafos críticos, propiciando uma aproximação com a filosofia em sua procura por bases teórico-conceituais mais solidamente estabelecidas.

Esta busca por uma ontologia para a ciência geográfica, nos remete ao principal questionamento colocado pela filosofia contemporânea no que se refere aos pressupostos da ciência positivista, que além de pretender superar a metafísica a partir da lógica e da técnica, preconizava uma autonomia da ciência frente à filosofia. Para esses filósofos: "a ciência não é senão uma representação derivada do pensar filosófico, uma representação absolutizada em si mesma, consolidada, esquecida de sua referência transcendental ao ser." (BUZZI, 1975, p.24).

Questionamentos como este me levaram a interrogar, primeiramente, sobre o próprio significado da palavra ontologia. Os tratados de filosofia nos indicam que existem pelo menos duas concepções ontológicas relevantes, referentes a contextos diversos: a ontologia tradicional ligada à teologia e à metafísica, na qual não pretendo me aprofundar; e uma ontologia contemporânea, que apesar de reconhecer a autonomização da ciência em relação à filosofia como inevitável e até positiva, pretende impedir que a razão se instrumentalize por completo e que se perca a visão do todo (Stein, 1984 a); intento que pretende levar a uma demolição ou a uma reconstrução da ontologia tradicional (BUZZI, 1975, p.47).

A ontologia contemporânea, da qual Heidegger é sem dúvida o maior expoente, pretende alertar que o mundo que construímos se trata de uma representação do ser (BUZZI, 1975, p.47). Heidegger, como os neokantianos, opunha-se à ontologia tradicional. No entanto, o primeiro criticava seu caráter meramente teológico, assim como criticava a metafísica por seu caráter de mera história da teologia, ou, em suas palavras, uma ontoteologia

(HEIDEGGER, 1984a); enquanto que os outros procuram reduzi-la a uma mera teoria do conhecimento científico.

Na discussão desta questão, tomei as idéias de Heidegger como referência. O filósofo procura recolocar a questão do ser humano, questionando o próprio objeto do pensamento e a linguagem que procura expressá-lo (STEIN, 1984b, p.10); Enfocando o ser no horizonte da diferença ontológica — a de que o ser só é ser porque é, em si mesmo, identidade e diferença (HEIDEGGER, 1984b).

O princípio da identidade, conforme a concepção de Heidegger, remete-se a uma análise da relação entre ser e homem, onde a tarefa da filosofia seria a de questionar o ser. Assim procedendo a filosofia se distinguiria das visões de mundo e se afastaria da busca da identidade absoluta (STEIN, 1984a).

Neste trabalho a filosofia é tomada como base teórico-conceitual que remete para a compreensão das questões essenciais da geografia. Interessam-me, portanto, os aspectos da ontologia heideggeriana que podem esclarecer-nos acerca de uma ontologia da geografia contemporânea.

Pickles (1985a), ao criticar a geografia humanista, e ao repensar as suas relações com a fenomenologia, concluiu que a ontologia da espacialidade, assim como outras ontologias, aponta para o "Dasein". Este é o conceito que mais me interessa na obra de Heidegger, conceito que pode ser traduzido por "ser-aí". Interessa-me, também, o debate que o autor travou com os neokantianos acerca das relações entre a filosofia e a ciência.

Na geografia, Soja (1993), baseado em Joseph Fell, já havia observado, em relação ao "Dasein", que a Terra e o pensamento são distintos, mas estão originariamente ligados agindo um sobre o outro. No entanto o autor afirmava que Heidegger envolvia esta espacialização do ser em uma temporalidade exagerada, que subavaliava as possibilidades de uma ontologia da espacialidade.

As obras mais maduras de Heidegger me levam a discordar desta afirmação, nelas a questão do "Dasein" se constitui no tema central remetendo-se à relação do ser com o mundo. Vou colocar a observação de Soja em outros termos: a geografia é fundamental para a compreensão do "Dasein", ela é o "Da" (o "aí" do "ser-aí"). Está nela a raiz do intercâmbio do ser com o seu suporte; do ser com o mundo; entre os entes, humanos ou não; entre as sociedades e as culturas. Ela é, ademais, o ponto de referência sobre o qual experimentamos a passagem do tempo; ela é a base sem a qual a história não pode acontecer. Toda história começa com: "era uma vez ...em algum lugar...".

A idéia da existência em Heidegger revela que a subjetividade humana não é real sem o mundo. O mundo pertence à essência humana, sem o pensamento do mundo desfaz-se também o sujeito (LUIJPEN, 1973). O próprio Heidegger afirma:

O homem é manifestamente um ente. Como tal, faz parte da totalidade do ser, como a pedra, a árvore, a água. Pertencer significa ainda: inserido no ser. Mas o elemento distintivo do homem consiste no fato de que ele, enquanto ser pensante, aberto para o ser, está posto em face dele, permanece relacionado com o ser e assim lhe corresponde. O homem é propriamente esta relação de correspondência, e é somente isto. 'Somente' não significa limitação, mas uma plenitude. No homem impera um pertencer ao ser; este pertencer escuta ao ser, porque a ele está entregue como propriedade. (HEIDEGGER, 1984b, p.182).

Este comum-pertencer entre ser e ente, leva-nos a experimentar o acontecimento-apropriação (eregnis) que, como nos explica Heidegger (1984b), vem de "er-eügnen", ou seja, descobrir com o olhar, despertar com o olhar, apropriar-se. Esta atitude de "descobrir com o olhar" é inerente à ciência e à filosofia, mas em seu sentido de vínculo com o suporte, de constituição do mundo, é uma postura essencialmente geográfica.

Desse modo o "Dasein" está permeado de espacialidade, de geografia. Ligação que nos é revelada na frase seguinte:

Desde o início a questão de Heidegger não é outra senão a 'questão do ser' e, se o ser do homem é nele descrito e analisado, é somente porque no homem se situa o lugar, o 'ai' (Da) onde o ser se desvela. ...o que se manifesta em primeiro lugar é 'tal e qual ente', isto é, esses objetos ou seres da vida cotidiana que não cessamos de encontrar e o próprio mundo que os contém. (DARTIGUES, 1973, p.121-122)

Meu objetivo aqui é o de explorar as possibilidades que a ontologia heideggeriana oferece para se fazer uma ontologia da geografia, e a importância do "Dasein" nesta empreitada me parece já ter sido levantada. Outro ponto que proponho para a discussão é o das relações entre a ciência e a filosofia no pensamento de Heidegger. O próprio "Dasein" nos remete a este questionamento. Buzzi (1975) observa que, ao analisar o ser-que-está-no-mundo, o filósofo o vê "distraído" pelas solicitações da vida moderna. Nós vivemos numa representação denominada "civilização tecnológica" ou "sociedade de consumo", que encobre o ser do homem.

Na época de Heidegger, esta concepção técnico-científica da filosofia e da ciência era defendida pelos neokantianos. Stein (1984b) observa que, para esses filósofos todo o pensamento estaria subordinado aos códigos que a técnica e a lógica constróem e fixam enquanto instrumento da ciência.

A posição de Heidegger era totalmente contrária a este tipo de pensamento, para ele:

Pela representação da totalidade do universo técnico reduz-se tudo ao homem e chega-se, quando muito, a reivindicar uma ética para o universo da técnica. Cativos desta representação, confirmamos na convicção de que a técnica é apenas um negócio do homem. Passa-se por alto o apelo do ser, que fala na essência da técnica. Distanciamos-nos, afinal, do hábito de representar o elemento técnico apenas tecnicamente, isto é, a partir do homem e de suas máquinas. Prestemos atenção ao apelo cujo alvo em nossa época não é o homem, mas tudo o que é, natureza e história, sob o ponto de vista do seu ser. (HEIDEGGER, 1984b, p.183-184).

Segundo o filósofo para transcender-se ao universo da técnica implica em voltar-nos ao princípio da identidade, pois só assim o ente se manifesta como fenômeno e a ciência se torna possível. Mas, este pensamento nos remete para além da ciência empírica e da teoria do conhecimento tecnicista, e também para o plano diverso da oposição tradicional da metafísica entre o racional e o irracional.

O problema fundamental colocado pelas ciências empíricas para a ontologia, segundo Heidegger (1962) é de que elas se dirigem para regiões delimitadas do ente e pensam que a representação do ente esgota tudo o que é investigável. Além disso, deixa-se ao pensamento apenas a possibilidade de ser racional ou irracional, sendo que a razão e sua representação são um modo de pensamento que admite apenas o domínio da "ratio", erigindo-a como racionalização de todas as ordens e normas.

Estas questões se referem também à geografia. Ela, como muitas outras ciências, deixou-se dominar pelo racionalismo e pela normatização das ciências exclusivamente empíricas. É com este corpo disciplinar, constituído com certa rigidez, que se deparam os que desejam tratar da espacialidade, ou melhor, da geograficidade (como definida por Dardel, 1990), a partir de aportes que não se deixem limitar pelo padrão racional/irracional.

Surgiu daí a necessidade de se propor uma nova epistemologia para a geografia (LOWENTHAL, 1961), que estudos subseqüentes acabaram reformulando para a busca de

uma nova ontologia da geografia (PICKLES, 1985a). Estas propostas apontavam para novas metodologias, e novas categorias, na compreensão das relações espaciais. O aporte filosófico procurado foi o da fenomenologia, que se remetia para uma ciência que não se ativesse apenas à pesquisa empírica tradicional. Será na relação entre este aporte filosófico e a geografia que me aprofundarei a seguir.

A GEOGRAFICIDADE E O SER-NO-MUNDO

Este trabalho quando se refere a geografia enquanto ciência essencial, não seria a da espacialidade, mas a da geofricidade. Já falei na geofricidade em itens anteriores, e agora acabo de colocá-la como essência da região “geografia” no âmbito das ciências fenomenológicas. No entanto, em nenhum momento ela foi aqui definida. A geofricidade é:

[...] a geografia em ato, uma vontade intrépida de correr o mundo, de franquear os mares, de explorar os continentes. Conhecer o desconhecido, atingir o inacessível. A inquietude geográfica prece-de e sustenta a ciência objetiva. Amor ao solo natal ou procura de novos ambientes, uma relação concreta liga o homem à Terra, uma geofricidade (geofricité) do homem como modo de sua existência e de seu destino. (Dardel, 1990, p.1-2).

Esta definição nos remete para a questão do “Dasein”, do ser-no-mundo, como tive oportunidade de colocar no item “Geografia e ontologia”; configurando-se como um modo de expressar a ontologia da geofricidade que me propus a estudar neste capítulo.

Cabe observar que a geofricidade, enquanto essência, define uma relação — a relação do ser-no-mundo. A palavra “espaço”, em seu senso comum e de utilização diária pode ser definida segundo os parâmetros que encontramos nos dicionários, como sugeriu Tuan (1983), segundo o “Aurélio”, ela significa: “1. Distância entre dois pontos, ou a área ou volume entre limites determinados. 2. Lugar mais ou menos bem delimitado, cuja área pode conter alguma coisa. 3. Extensão indefinida. 4. O universo. 5. Período ou intervalo de tempo.”. Todas estas definições nos remetem a um estudo cartesiano de mensuração, ou num plano mais profundo a uma fenomenologia das formas puras. A relação com a nossa vivência (*Lebenswelt*) cotidiana é, certamente, apenas indireta.

Não é a este tipo de espaço, definido pelo seu uso cotidiano, que a geografia se refere. Seu campo de estudos, qualquer que seja o aporte teórico utilizado, se remete a um espaço adjetivado, o espaço geográfico que já defini anteriormente, e esta qualificação do espaço implica na geofricidade do ser-no-mundo.

Necessitamos, então, compreender o que a palavra “mundo” significa para os fenomenólogos e de que forma pode ser apropriada por uma ciência geográfica fenomenológica. Uma primeira aproximação pode ser encontrada na definição seguinte:

[...] a percepção é sempre percepção da coisa total, compreendida num campo mais amplo, o qual, por sua vez, é abrangido em um horizonte de significados mais distantes. O conjunto desse complicado sistema de sempre mutáveis significados “próximos” e “longínquos” ligados aos sempre mutáveis momentos de atualidade e potencialidade da percepção, eis o que se chama “mundo” na fenomenologia. (LUIJPEN, 1973, p.106).

A questão de como o ser se relaciona com o mundo é assim explicada:

Na realidade é o próprio sujeito perceptivo que constrói o mundo, mundo em que, no entanto, está por meio da percepção. Quando o exploramos na perspectiva do seu entrelaçamento com o mundo, para distinguir desse mundo utilizamos o critério da imanência; mas a situação paradoxal provém do facto de o próprio conteúdo dessa imanência mais não ser que o mundo enquanto visado, intencional, fenómeno, quando o mundo é posto como existência real e transcendente pelo eu. (LYOTARD, 1954, p.32).

Finalmente podemos nos reportar a relação do mundo com as vivências individuais e intersubjetivas referindo-se não mais à consciência como:

[...] uma parte do mundo, mas o lugar de seu desdobramento no campo original da intencionalidade. Isto significa que o mundo não é em primeiro lugar e em si mesmo o que explicam as filosofias especulativas ou a abertura do campo primordial, mas sim que ele é em primeiro lugar o que aparece à consciência e a ela se dá na evidência irrecusável de sua vivência. (DARTIGUES, 1973, p.28).

Pode se concluir que o mundo, para a fenomenologia, engloba muito mais coisas do que o suporte físico, ou do que um sistema de coisas que percebemos à nossa volta — o ambiente.

Segundo Tuan (1965), o mundo é um campo de relações estruturado a partir da polaridade entre eu e o outro, ele é o reino onde nossa história ocorre, onde encontramos as coisas, os outros e a nós mesmos, é deste ponto de vista que deve ser apropriado pela geografia.

Neste campo de relações, o corpo representa a transição do “eu” para o “mundo”, ele está do lado do sujeito e, ao mesmo tempo, envolvido no mundo. O corpo constitui o ponto de vista do ser-no-mundo. Ele coloca o homem como existência (LUIJPEN, 1973; LYOTARD, 1954).

Desta relação fundamental, que certamente é, também, geográfica, derivam todos os conceitos mais utilizados pela geografia, tais como “região”, “território”, “paisagem” e “lugar”. Nossa conclusão se remete a este último.

Neste trabalho o lugar, associado ao “mundo” dos filósofos, será definido sempre como um centro de significados e, por extensão, um forte elemento de comunicação, de linguagem, mas nunca será reduzido a um símbolo despido de sua essência espacial, sem a qual torna-se outra coisa, para a qual a palavra “lugar” é, no mínimo, inadequada.

Concluo que é necessária, para este assunto, uma volta à ontologia da geograficidade e uma análise da importância do lugar para a constituição da própria geografia. Heidegger (1992) foi quem mais se aprofundou neste assunto. Segundo ele, a habitação e o lugar se configuram como a morada do Quadripartido (Das Geviert), composto pela terra, pelo céu, pelo divino e pelos mortais em sua Unidade original. “A habitação (no sentido de habitar a terra)”, nos diz ele, “como organização, preserva o Quadripartido naquilo em que os mortais residem: nas coisas.” (HEIDEGGER, 1992, p.179).

Heidegger (1992, 183-184) exploraria as possibilidades ontológicas do tema:

As coisas que de alguma maneira são os lugares”, “outorgam, por sua vez, os espaços. ... Um espaço (Raum) é qualquer coisa que é “organizada”, tornada livre, no interior de um limite. ... O limite não é onde qualquer coisa começa a ser (sein Wesen beggint)... Aquilo que está “organizado” é por sua vez dotado de um local (gestattet) e desta maneira se insere, ou seja, congrega-se num lugar,... O que resulta de que os espaços recebem o seu ser dos lugares e

não do espaço.... As coisas que tal como os lugares "organizam" um local, nós a denominamos por antecipação de construções (Bautem)... Estas coisas são os lugares que conciliam um local no Quadripartido, aquele local conduz (einraumt), por sua vez, a um espaço. No ser das coisas, tal como nos lugares reside a ligação entre o lugar e o espaço, reside também a relação entre o lugar e o homem que está nele.

O espaço, tomado simplesmente por suas três dimensões, é o "*abstractum*" que se reduz a uma simples extensão (extensio), e que pode ser abstraído nas relações algébricas. Mas, o espaço organizado pelos lugares se deslinda como intervalo, o "*Spatium*" e a "*extensio*", que tornam

possível medir as coisas e os espaços que elas organizam segundo as distâncias, os trajetos, as direções, e de calcular as suas medidas. Mas não podemos, em nenhum caso, pela única razão de que as unidades de medida e as suas dimensões são universalmente aplicáveis a todas estas extensões, afirmar que as unidades de medida e suas dimensões são também o fundamento do ser dos espaços e dos lugares mensuráveis com a ajuda das matemáticas. ... Os espaços que nós percorremos diariamente são "organizados" pelos lugares, onde o seu ser é fundamentado sobre as coisas do gênero das construções. (HEIDEGGER, 1992, p.185-186).

REFERÊNCIAS

BUTTIMER, Anne. **Values in Geography**. Washington: AAG, 1974.

_____. Grasping the dynamism of lifeworld. **Annals of the Association of American Geographers**, v.66, n.2, p.266-276, 1976.

BUZZI, Arcângelo R. **Introdução ao pensar**: o ser, o conhecer, a linguagem. Petrópolis: Vozes, 1975.

DARDEL, Eric. **L'Homme et la Terre** : nature de la réalité géographique. Paris: CTHS, 1990.

DARTIGUES, A. **O que é a fenomenologia**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

GILES, Thomas R. **História do Existencialismo e da Fenomenologia**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1975.

HEIDEGGER, Martin. **Sobre o problema do ser**. São Paulo: Duas Cidades, 1962.

_____. A Constituição Onto-teo-lógica da Metafísica. In: _____. **Conferências e escritos filosóficos**. São Paulo: Victor Civita, 1984a. p.189-202.

_____. O Princípio da identidade. In: _____. **Conferências e escritos filosóficos**. São Paulo: Victor Civita, 1984b. p.179-187.

_____. Meu caminho para a fenomenologia. In: _____. **Conferências e escritos filosóficos**. São Paulo: Victor Civita, 1984c. p.295-302.

_____. Batir, habitar, pensar. In: _____. **Essais et conférences**. Paris: Gallimard, 1992. p.170-193.

HOLZER, Werther. **A Geografia Humanista** – sua trajetória de 1950-1990. 1992. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

LOWENTHAL, David. Geography, experience and imagination: towards a geographical epistemology. **Annals of the Association of American Geographers**, v.51, n.3, p.241-260, 1961.

LUIJPEN, Wilhelmus A.M. **Introdução à fenomenologia existencial**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1973.

LYOTARD, Jean-François. **A Fenomenologia**. Lisboa: Ed. 70, 1954.

PICKLES, John. **Phenomenology, Science and Geography**: spatiality and human sciences. Cambridge: Cambridge University Press, 1985a.

_____. **Geography and Humanism**. Norwich: Geo Books, 1985b.

RELPH, Edward. An inquiry into the relations between phenomenology and geography. **Canadian Geographer**, v.14, n.3, p.193-201, 1970.

_____. **Place and Placelessness**. London: Pion, 1976.

_____. Phenomenology. In: HARVEY, M.; HOLLY, B. (Ed.). **Themes in Geographical Thought**. New York: St. Martin's Press, 1981. p.99-114.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

STEIN, Ernildo. Nota introdutória. In: HEIDEGGER, Martin. **Conferências e escritos filosóficos**. São Paulo: Victor Civita, 1984a. p.3-5.

_____. Nota do tradutor. In: HEIDEGGER, Martin. **Conferências e escritos filosóficos**. São Paulo: Victor Civita, 1984b. p.9-12.

TUAN, Yi-Fu. "Environnement" and "world". **Professional Geographer**, v.17, n.5, p.6-7, 1965.

_____. Geography, phenomenology and the study of human nature. **Canadian Geographer**, v.15, n.2, p.181-192, 1971.

_____. Humanistic geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v.66, n.2. p.266-276, 1976.

_____. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

Recebido em julho de 2009

Aceito em setembro de 2009

